

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

**Senhores Acionistas,**  
Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis da Kirton Capitalização S.A. (atual denominação da HSBC Empresa de Capitalização (Brasil) S.A.), relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaboradas em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), incluindo as normas expedidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), acompanhadas das respectivas Notas Explicativas, do Relatório dos Auditores Independentes e do Parecer dos Atuários Independentes.

**Mercado de Capitalização**  
As condições socioeconômicas observadas no mercado brasileiro, onde a economia encontra-se em retração, propiciaram uma queda no volume total de arrecadações de 1,7% na análise do ano de 2017, base novembro (fonte: SUSEP).

**Resultado do Exercício**  
A Kirton Capitalização apresentou, no exercício de 2017, Lucro Líquido de R\$ 46,2 milhões (R\$ 98,0 milhões no exercício de 2016), representando uma rentabilidade de 18,3% sobre o Patrimônio Líquido Médio.

As receitas líquidas com títulos de capitalização totalizaram no exercício de 2017 R\$ 24,3 milhões (R\$ 67,2 milhões em 31 de dezembro de 2016). O resultado financeiro atingiu R\$ 61,6 milhões (R\$ 132,6 milhões em 31 de dezembro de 2016).

**Política de Reinvestimento de Lucros e Política de Distribuição de Dividendos**  
Os acionistas da Kirton Capitalização, em cada exercício, têm direito a receber, a título de dividendos, o mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido.

O lucro líquido, após as deduções legais e distribuições previstas no Estatuto Social, terá a destinação proposta pela Diretoria e deliberada pelos acionistas em Assembleia Geral, podendo ser designado 100% à Reserva de Lucros – Estatutária, visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Sociedade, até atingir o limite de 95% do valor do capital social integralizado.

**Investimentos**  
Os Ativos financeiros estão classificados nas categorias "Valor Justo por meio do Resultado" e "Disponível para Venda", conforme normas contábeis em vigor.

**Eventos Societários**  
Em 08 de junho de 2016, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) aprovou a venda das operações do Grupo HSBC no Brasil ao Banco Bradesco S.A.. Essa decisão concluiu o processo de aprovações regulatórias para a transação, após as autorizações do Banco Central do Brasil (BACEN) e da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). A Sociedade integrou o Grupo HSBC no Brasil até 30 de junho de 2016. A partir de 01 de julho de 2016, com a transferência de controle efetivo, a Companhia passou a fazer parte da Organização Bradesco, passando a operar sob as diretrizes do novo controlador.

Em Assembleia Geral Extraordinária (AGE), realizada em 01 de julho de 2016, foi deliberada a reformulação do Estatuto Social, adaptando-o aos das demais empresas do Grupo Bradesco, destacando-se a alteração da razão social para Kirton Capitalização S.A. e a nova composição, estrutura e competência da Administração da Companhia, a qual foi aprovada em 26 de agosto de 2016 pela SUSEP através da Portaria SUSEP nº 70/2016, divulgada no Diário Oficial da União em 02 de setembro de 2016.

Em 14 de fevereiro de 2017 a Companhia protocolou na Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) o pedido de reorganização societária das empresas do Grupo Bradesco Seguros, que fora aprovado e que, prevê, entre outros a incorporação da Kirton Capitalização S.A. pela Bradesco Capitalização S.A..

**Riscos: operacional, crédito, mercado, subscrição e liquidez**  
O Grupo Bradesco, do qual a Kirton Capitalização faz parte, em linha com os modelos adotados no mercado nacional e em atendimento à legislação vigente, possui uma Estrutura de Gestão de Riscos completamente implantada, a Diretoria Gerencial de Gestão de Riscos, tendo como principal objetivo assegurar que os riscos a que o Grupo está exposto sejam devidamente identificados, analisados, mensurados, tratados e monitorados.

Estão inseridos, nesse contexto, categorizar os riscos relevantes para compor o perfil de riscos, monitorar os tipos de riscos assumidos com base nas compensações risco-retorno para alcançar os objetivos estratégicos, assegurar o acultramento de gestão de riscos nos vários níveis de atuação nas empresas do Grupo, incluindo a difusão das políticas, normas e processos, visando o monitoramento contínuo da exposição e tolerância aos riscos.

Para assegurar uniformidade ao processo de gerenciamento de riscos, os membros do Comitê Executivo de Gestão de Riscos do Grupo Bradesco se reúnem, trimestralmente, com o objetivo de aprovar estratégias, normas e procedimentos relacionados à Gestão de Riscos do Grupo, além de acompanhar, avaliar e definir alternativas de mitigação dos riscos específicos da atividade e possíveis impactos na Organização Bradesco.

O Grupo Bradesco mantém níveis de capital de acordo com os requerimentos regulatórios. Nos termos da legislação vigente, o Capital Mínimo Requerido (CMR) para funcionamento das sociedades seguradoras deverá ser o maior valor entre o capital base e o capital de risco, conforme Resolução CNSP nº 321/2015 e alterações subsequentes. E as sociedades deverão apresentar Patrimônio Líquido Ajustado (PLA), igual ou superior ao Capital Mínimo Requerido (CMR), e liquidez em relação ao capital de risco.

**Governança Corporativa**  
Com o objetivo de preservar a confiabilidade e sempre contribuir para o desenvolvimento organizacional sustentável, o sistema de governança corporativa prevê relações entre as partes interessadas, externas e internas, as devidas prestações de contas baseadas em princípios de equidade, transparência, ética e uma gestão que busque sempre a excelência em seus processos,

em conjunto com ferramentas eficientes de monitoramento, assegurando a aderência regulatória e a preservação dos valores estabelecidos nos Códigos de Conduta Ética da Organização Bradesco e Códigos de Conduta Ética Setoriais. Fundamentados nessas premissas, mecanismos implementados colaboraram na administração da Kirton Capitalização: uma estrutura de comitês, que dá suporte à Administração, resguardando os mais elevados padrões de conduta e de responsabilidade corporativa; canais de comunicação para acolher opiniões, críticas, reclamações e informações sobre violações aos princípios contidos no Código de Conduta Ética, tratadas com confidencialidade; normas e procedimentos internos para traçar com clareza as diretrizes e responsabilidades de todos os profissionais que fazem parte do Grupo Bradesco.

**Controles Internos e Compliance**  
A conformidade às leis e regulamentações é item indispensável nas atividades de Controles Internos e Compliance do Grupo Bradesco. Para a garantia desse item, a monitoria da publicação de normativos pelos Órgãos Reguladores é realizada diariamente, seguida do acompanhamento das ações necessárias até a respectiva implementação para o atendimento regulatório.

Ainda, em atendimento às determinações legais e baseado na política da Organização Bradesco, a Kirton Capitalização realiza tempestivamente testes de aderência dos controles, avaliando sua efetividade na mitigação dos riscos, de acordo com os requerimentos da seção 404 da Lei Americana *Sarbanes-Oxley* e/ou com os principais frameworks de controles, como o COSO (*Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*) e o COBIT (*Control Objectives for Information and Related Technology*). Os trabalhos de controles internos são desenvolvidos em conjunto com as diversas áreas gestoras de serviços, produtos e processos, visando proporcionar segurança razoável para o alcance dos objetivos relacionados a operações, divulgação e conformidade com leis e regulamentações externas, políticas, normas e procedimentos internos. Os resultados obtidos são reportados periodicamente à Alta Administração da empresa, ao Comitê de Controles Internos e Compliance e ao Comitê de Auditoria, ambos da Organização Bradesco.

**Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento ao Terrorismo**  
A Kirton Capitalização, com o compromisso constante de prevenir e combater a Lavagem de Dinheiro, o Financiamento ao Terrorismo e a Corrupção em suas operações, atividades e relacionamentos, atua continuamente para assegurar a conformidade às regulamentações editadas pelos órgãos competentes e, principalmente, cooperando com os esforços das autoridades governamentais, nacionais e internacionais, de controle para o enfrentamento dessas práticas.

Reafirmando esse compromisso, a Companhia atua ativamente no aprimoramento dos controles existentes, que são fundamentais para o processo de prevenção e detecção de situações com indícios de lavagem de dinheiro. Esta estrutura prevê a análise individualizada de suspeição e a comunicação de propostas, operações ou situações com indícios ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), bem como a atuação do Comitê Executivo de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento ao Terrorismo, que objetiva acompanhar a efetividade das atividades relacionadas ao assunto no Grupo Bradesco. Destaca-se também o programa de treinamento sobre o tema ao quadro de funcionários, que abrange palestras, curso à distância e disponibilização de cartilhas.

**Prevenção à Fraude**  
A Kirton Capitalização coíbe e busca combater toda prática ou negócio com indícios de fraude ou qualquer outra prática ilícita, independentemente de sua proporção. Mantém-se também vigilante na prevenção e detecção dessas possíveis ocorrências, minimizando seus riscos operacionais, legais e reputacionais, assegurando assim a aderência às regulamentações vigentes. Dada a importância do tema, a Companhia adota mecanismos de controles internos e também disponibiliza diferentes canais de denúncia aos funcionários e à sociedade para que possam relatar situações com indícios de cometimento dessa prática ilícita, acompanhando e apurando, quando cabível, das operações que apresentam indícios de irregularidades.

**Plano e Gestão de Continuidade de Negócios**  
Quando da ocorrência de um evento inesperado que venha interromper suas operações, a Kirton Capitalização está preparada para continuar seus processos críticos e essenciais de negócios, em especial aqueles que afetam o cliente, através do Plano de Continuidade de Negócios (PCN). Trata-se de um conjunto de atividades, garantido por simulações e testes programados ou não, que visa assegurar a manutenção de suas operações, minimizando os efeitos e as perdas decorrentes de interrupções não previstas.

**Segurança da Informação**  
A informação é um dos elementos do negócio mais importante para a Kirton Capitalização. O zelo pela informação, no que tange a sua disponibilidade, integridade e confidencialidade, tem sido uma meta constante da gestão da informação. Nessa linha, são analisadas as normas e os regulamentos de caráter interno e externo, que incidem em alterações nas instruções, riscos e controles de Segurança da Informação.

Diante desse compromisso, a Companhia tem realizado a disseminação da cultura, por meio da divulgação da Política e de Normas Corporativas de Segurança da Informação, da publicação de matérias nos canais internos de comunicação disponíveis, abordando os mais diversos tipos de assuntos sobre o tema, com o intuito de garantir a conformidade com as melhores práticas de Segurança da Informação disponíveis no mercado.

**Agradecimentos**  
Pelos êxitos obtidos, agradecemos a preferência e a confiança dos nossos clientes, o apoio recebido dos Órgãos Reguladores e o trabalho dedicado dos nossos funcionários e colaboradores.

Curitiba, 30 de janeiro de 2018.

Diretoria

## BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 (Em milhares de reais)

Ativo	Nota	2017	2016	Passivo	Nota	2017	2016
<b>Ativo circulante</b>		<b>208.083</b>	<b>534.804</b>	<b>Passivo circulante</b>		<b>525.667</b>	<b>854.453</b>
Disponível		1	135	Contas a pagar	7	16.966	93.673
Caixa e bancos		1	135	Obrigações a pagar		12.409	24.409
Aplicações	4	201.353	524.099	Impostos e encargos sociais a recolher		37	240
<b>Créditos com operações de capitalização</b>		<b>-</b>	<b>4.385</b>	Encargos trabalhistas		-	220
Títulos e créditos a receber		6.729	6.185	Impostos e contribuições	9	4.312	63.881
Títulos e créditos a receber	8	336	373	Outras contas a pagar	10	208	4.923
Créditos tributários e previdenciários	5	6.393	5.792	<b>Depósitos de terceiros</b>		<b>18</b>	<b>22</b>
Outros créditos		-	20	Provisões técnicas - capitalização	11	508.683	760.758
<b>Ativo não circulante</b>		<b>595.512</b>	<b>548.749</b>	Provisão para resgates		505.009	753.095
Realizável a longo prazo		595.510	537.832	Provisão para sorteios		2.127	4.491
Aplicações	4	578.631	521.817	Provisão para despesas administrativas		-	1.637
Títulos e créditos a receber		16.879	16.015	Outras provisões		1.547	1.535
Depósitos judiciais e fiscais	12a	16.879	16.015	<b>Passivo não circulante</b>		<b>19.402</b>	<b>9.263</b>
Investimentos	6	-	10.914	Contas a pagar		10.820	862
Participações societárias		-	6	Obrigações a pagar	7	-	490
Imóveis destinados à renda		-	10.908	Tributos diferidos	14e	9.948	41
<b>Imobilizado</b>		<b>2</b>	<b>3</b>	Outras contas a pagar	10	872	331
Bens móveis		2	3	<b>Outros débitos</b>		<b>8.582</b>	<b>8.401</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>803.595</b>	<b>1.083.553</b>	Provisões judiciais	12a,b	8.582	8.401
				<b>Patrimônio líquido</b>	13	258.526	219.837
				Capital social		104.578	115.186
				Reserva de capital		160	160
				Reservas de reavaliação		-	3.106
				Reservas de lucros		135.467	98.548
				Ajuste de avaliação patrimonial		18.321	2.837
				<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>		<b>803.595</b>	<b>1.083.553</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

## DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 (Em milhares de reais, exceto lucro por lote de mil ações)	Nota	2017	2016
<b>Receitas líquidas com títulos de capitalização</b>		<b>24.298</b>	<b>67.252</b>
Arrecadação com títulos de capitalização		261.007	478.254
Variação da provisão para resgate		(236.709)	(411.002)
<b>Variação das provisões técnicas</b>		<b>1.637</b>	<b>(1.637)</b>
<b>Resultado com sorteios</b>		<b>(8.021)</b>	<b>(17.433)</b>
<b>Custo de aquisição</b>		<b>-</b>	<b>(5.716)</b>
<b>Outras receitas e despesas operacionais</b>	14a	<b>3.614</b>	<b>11.885</b>
Outras receitas operacionais		5.106	12.456
Outras despesas operacionais		(1.492)	(571)
<b>Despesas administrativas</b>	14b	<b>(870)</b>	<b>(9.571)</b>
Pessoal próprio		49	(1.523)
Serviços de terceiros		(303)	(4.101)
Localização e funcionamento		(104)	(141)
Publicidade e Propaganda		-	(41)
Publicações		(166)	(101)
Donativos e contribuições		(328)	(866)
Despesas administrativas diversas		(18)	(2.798)
<b>Despesas com tributos</b>	14c	<b>(1.928)</b>	<b>(5.615)</b>
<b>Resultado financeiro</b>	14d	<b>61.646</b>	<b>132.603</b>
Receitas financeiras		100.833	193.821
Despesas financeiras		(39.187)	(61.218)
<b>Resultado patrimonial</b>		<b>3.791</b>	<b>3.418</b>
Receitas com imóveis de renda	8	4.039	3.792
Despesas com imóveis destinados à renda ou venda		(59)	(374)
Receitas com outros investimentos		69	-
<b>Resultado operacional</b>		<b>84.167</b>	<b>175.186</b>
<b>Ganhos ou perdas com ativos não correntes</b>		<b>-</b>	<b>(19)</b>
<b>Resultado antes dos impostos e participações</b>		<b>84.167</b>	<b>175.167</b>
Imposto de renda	14e	(20.851)	(43.214)
Contribuição social	14e	(17.106)	(33.976)
Participações sobre o resultado		(13)	(24)
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>46.197</b>	<b>97.953</b>
Quantidade de ações do capital		3.063.148.696	3.063.148.696
Lucro líquido por lote de mil ações - R\$		15,08	31,98

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

## DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 (Em milhares de reais)	2017	2016
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>46.197</b>	<b>97.953</b>
Reserva de reavaliação	(5.316)	(243)
Instrumentos financeiros disponíveis para venda	25.378	5.158
Efeitos tributários sobre lucros abrangentes	(7.682)	(1.844)
<b>Resultado abrangente do exercício</b>	<b>58.575</b>	<b>101.024</b>
Atribuível aos acionistas controladores	58.575	100.990
Atribuível aos acionistas minoritários	-	34

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

## DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 (Em milhares de reais)

Saldos em 1º de janeiro de 2016	Reservas de		Lucros	Ajuste TVM	Lucros acumulados	Total
	Capital social	Reavaliação				
Reserva de reavaliação	115.186	-	34.643	-	-	152.861
Realização, líquida de tributos	-	234	1	-	227	462
<b>Reserva de lucros:</b>						
Dividendos pagos - acionistas majoritários	-	-	(9.997)	-	-	(9.997)
Dividendos pagos - acionistas minoritários	-	-	(3)	-	-	(3)
<b>Ajuste com títulos e valores mobiliários</b>				<b>2.837</b>		<b>2.837</b>
<b>Lucro líquido do exercício</b>					<b>97.953</b>	<b>97.953</b>
<b>Proposta para distribuição do resultado</b>						
Reserva legal	-	-	848	-	(848)	-
Reservas estatutárias	-	-	73.056	-	(73.056)	-
Dividendos propostos - acionistas majoritários	-	-	-	-	(24.268)	(24.268)
Dividendos propostos - acionistas minoritários	-	-	-	-	(8)	(8)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>115.186</b>	<b>160</b>	<b>98.548</b>	<b>2.837</b>	<b>-</b>	<b>219.837</b>
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2017</b>	<b>115.186</b>	<b>160</b>	<b>98.548</b>	<b>2.837</b>	<b>-</b>	<b>219.837</b>
<b>Redução de capital: AGE de 09/11/2017 e Portaria SUSEP Nº 686</b>	<b>(10.608)</b>					<b>(10.608)</b>
<b>Reserva de reavaliação</b>						
Realização, líquida de tributos	-	(3.106)	-	-	3.106	-
<b>Reserva de lucros:</b>						
Dividendos pagos - acionistas majoritários: AGE e AGO de 31/03/2017	-	-	(57)	-	-	(57)
<b>Ajuste com títulos e valores mobiliários</b>				<b>15.484</b>		<b>15.484</b>
<b>Lucro líquido do exercício</b>					<b>46.197</b>	<b>46.197</b>
<b>Proposta para distribuição do resultado</b>						
Reservas estatutárias	-	-	36.976	-	(36.976)	-
Dividendos propostos	-	-	-	-	(12.327)	(12.327)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>104.578</b>	<b>160</b>	<b>135.467</b>	<b>18.321</b>	<b>-</b>	<b>258.526</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (Em milhares de reais)

- Contexto operacional**  
A Kirton Capitalização S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na Rua Tenente Francisco Ferreira de Souza, 805, Curitiba - Paraná, autorizada a operar em todo território nacional com títulos de capitalização nos termos da legislação vigente.  
A Companhia é controlada diretamente pela Kirton Seguros S.A., e em última instância pelo Banco Bradesco S.A..  
A partir de 1º de julho de 2016, a Companhia passou a fazer parte da Organização Bradesco, passando a operar sob as diretrizes do novo controlador. Na mesma data, a Assembleia Geral Extraordinária (AGE) deliberou a reformulação do Estatuto Social, adaptando-o aos das demais empresas do Grupo Bradesco, destacando-se a alteração da razão social para Kirton Capitalização S.A. e a nova composição, estrutura e competência da Administração da Companhia, a qual foi aprovada em 26 de agosto de 2016 pela SUSEP através da Portaria SUSEP nº 70/2016. A partir desta data, o faturamento da Companhia passa a ser composto pela emissão das faturas mensais daqueles contratos existentes.  
A Administração protocolou um plano de reorganização societária envolvendo as empresas do Grupo Bradesco com objetivo de permitir a consolidação das estruturas das empresas adquiridas do antigo Conglomerado HSBC nos segmentos de seguros, capitalização e previdência, bem como capturar o aproveitamento de sinergia das plataformas de negócios, sistemas e otimização de custos entre as seguradoras adquiridas e as seguradoras pertencentes ao Grupo Bradesco Seguros. O referido plano, protocolado em 14 de fevereiro de 2017 junto a Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), foi previamente aprovado por este Órgão Regulador em 11 de abril de 2017, por meio da Carta homologatória nº 1/2017, bem como foi aprovado pelo Banco Central do Brasil (BACEN) em 8 de junho de 2017. O plano prevê movimentações societárias com objetivo final de que as operações da Kirton Capitalização S.A. sejam incorporadas pela Bradesco Capitalização S.A. Essas demonstrações contábeis foram aprovadas pelo Conselho de Administração do Banco Bradesco em 31 de janeiro de 2018.
- Resumo das principais políticas contábeis**  
As políticas contábeis discriminadas abaixo foram aplicadas em todos os períodos apresentados nas demonstrações contábeis.
  - Base de preparação**  
Em consonância à Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações subsequentes, as demonstrações contábeis foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de

Pronunciamentos Contábeis (CPC) quando referendadas pela SUSEP. As demonstrações contábeis estão apresentadas em conformidade com os modelos de publicação estabelecidos pela referida Circular.

A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro e continuar operando normalmente até a conclusão do referido processo de reestruturação societária do Grupo Bradesco Seguros e subsequente incorporação das atividades pela Bradesco Capitalização em linha com as definições estratégicas do Grupo Bradesco Seguros. Portanto, as demonstrações contábeis foram preparadas com base nesse princípio de continuidade.

**b. Base de avaliação, de apresentação e de moeda funcional**  
As demonstrações contábeis estão apresentadas em milhares de reais e foram elaboradas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção para os ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e os ativos financeiros disponíveis para venda mensurados pelo valor justo.

**c. Uso de estimativas e julgamentos**  
A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As notas explicativas 4 - Aplicações e 12 - Provisões judiciais incluem: (i) informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis; (ii) informações sobre incertezas, sobre premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo período contábil.

**d. Segregação entre circulante e não circulante**  
A Companhia efetua a revisão dos valores registrados no ativo e no passivo circulante, a cada data de elaboração das demonstrações contábeis, com o objetivo de classificar para o não circulante aqueles cuja expectativa de realização ultrapassarem o prazo de 12 meses subsequentes à respectiva data base. Os títulos e valores mobiliários a "valor justo por meio do resultado" estão apresentados no ativo circulante, independentemente dos prazos de vencimento (conforme nota explicativa 1b).

Os ativos e passivos sem vencimento definido tiveram seus valores registrados como circulante. Ativos e/ou passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos são classificados no Ativo ou Passivo de acordo com a sua realização apresentada na nota 14e.

**e. Aplicações e instrumentos financeiros**  
A Companhia efetua a avaliação de seus instrumentos financeiros, inclusive derivativos, em consonância aos Pronunciamentos Técnicos CPC nº 38, 39, 40 (R1) e 46, cujos critérios de classificação, mensuração e avaliação, descritos a seguir:

**(i) Disponível e equivalentes de caixa**  
São representados por depósitos bancários sem vencimento que apresentam risco insignificante de mudança de valor justo e são utilizados pela Companhia para o gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

**(ii) Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado**  
Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado quando a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do período.

**(iii) Ativos financeiros mantidos até o vencimento**  
Caso a Administração tenha intenção e a capacidade de manter títulos de dívida até o vencimento, tais ativos financeiros são classificados como mantidos até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são registrados pelo custo amortizado deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável, acrescido dos rendimentos auferidos, os quais impactam o resultado do período.

**(iv) Ativos financeiros disponíveis para venda**  
Compreende os ativos financeiros que não são classificados em nenhuma das categorias anteriores. Os investimentos em títulos patrimoniais e determinados títulos de dívida são classificados como ativos financeiros disponíveis para venda. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido. Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado do período.

**(v) Determinação do valor justo**  
A determinação do valor justos das aplicações financeiras da Companhia é efetuada da seguinte forma:

**Quotas em fundos de investimentos**  
O valor das aplicações em fundos de investimentos foi obtido a partir dos valores das quotas divulgadas pelas instituições financeiras administradoras desses fundos.

**Títulos Públicos**  
Os títulos públicos tiveram seus valores justos obtidos a partir das tabelas de taxas médias do mercado secundário divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA).

**(vi) Redução do valor recuperável (impairment) de ativos financeiros**  
Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo financeiro. A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou no desaparecimento de um mercado ativo para o título.

As perdas são reconhecidas no resultado e refletivas em conta redutora do ativo correspondente. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado do período. Perdas de valor (redução ao valor recuperável) nos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas pela reclassificação da perda cumulativa que foi reconhecida em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido para o resultado. A perda cumulativa que é reclassificada de outros resultados abrangentes para o resultado é a diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização de principal, e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado. Todavia, qualquer recuperação subsequente no valor justo de um ativo financeiro disponível para venda, para o qual tenha sido registrada perda do valor recuperável, é reconhecida em outros resultados abrangentes.

Perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas no resultado para instrumentos patrimoniais classificados como ativos financeiros disponíveis para venda não são revertidas.

**(vii) Empréstimos e recebíveis**  
Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem os valores registrados na rubrica "Títulos e créditos a receber" que são contabilizados pelo custo amortizado decrescidos de quaisquer perdas por redução ao valor recuperável.

**f. Propriedade para investimentos**  
Os ativos para investimentos adquiridos pela Companhia e que tem vidas úteis definidas são mensurados pelo custo, deduzido da depreciação acumulada. As parcelas dos imóveis destinados à renda, correspondentes às edificações, são depreciadas levando-se em conta a estimativa de vida útil-econômica dos bens.

A Companhia realizou, quando identificado indícios de variação significativa nos valores dessas propriedades, uma avaliação a valor de mercado com base em laudos elaborados por empresa especializada ou no mínimo anualmente uma atualização pelo Índice Nacional da Construção Civil (INCC).

**g. Imobilizado**  
O ativo imobilizado de uso próprio compreende equipamentos, móveis, máquinas e utensílios. O imobilizado de uso é reconhecido ao custo histórico, reduzido por depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável acumuladas, quando aplicável.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dos custos de transação no resultado do período. Gastos subsequentes são capitalizados somente quando geram benefícios econômicos futuros associados e possam ser avaliados com confiabilidade.

Gastos de reparo ou manutenção são reconhecidos no resultado do semestre à medida que são incorridos. Gastos com reformas e melhorias que prolongam a vida útil dos bens são incorporados ao custo do ativo imobilizado.

A depreciação do ativo imobilizado é reconhecida no resultado pelo método linear considerando as seguintes taxas anuais para os períodos correntes e comparativos: 10% para móveis, utensílios, máquinas e equipamentos e 20% para equipamentos de informática e benfeitoria em imóveis de terceiros.

**h. Redução ao valor recuperável (impairment) de ativos não financeiros**  
Os valores dos ativos não financeiros da Companhia, são revistos no mínimo anualmente para determinar se há alguma indicação de perda considerada permanente, que é reconhecida no resultado do período se o valor contábil de um ativo exceder seu valor recuperável.

**i. Provisões técnicas**  
A provisão matemática para capitalização (PMC) é constituída para cada título ativo ou suspenso durante o prazo previsto nas condições gerais do plano e é calculada através dos percentuais das quotas de capitalização, aplicável sobre os pagamentos realizados, sendo capitalizada mensalmente pelo indexador e taxas de juros definidas no plano até o resgate ou cancelamento do título.

A provisão para resgate (PR) é constituída pelos valores dos títulos vencidos e antecipados e consiste na atualização do saldo dos títulos com prazos de vigência finalizados ou rescindidos, atualizada pelo indexador do plano até a data do efetivo pagamento do valor de resgate ao titular.

A provisão para sorteios a realizar (PSR) é constituída para fazer face aos prêmios provenientes de sorteios futuros e seu saldo representa o valor presente dos sorteios já custeados e ainda não realizados. A metodologia de cálculo consiste na acumulação de aportes que provém de percentuais de cotas de sorteios aplicáveis sobre os pagamentos, conforme estabelecido no plano e de baixas que provém do valor equivalente ao risco decorrido. Os percentuais das cotas de sorteio são previamente definidos em nota técnica atuarial e não são modificados durante a vigência do título.

A provisão para sorteios a pagar (PSP) é constituída pelos valores das premiações dos títulos contemplados em sorteios e ainda não pagos, atualizada monetariamente pelo período entre a data do sorteio e a efetiva liquidação.

A provisão de despesa administrativa (PDA) é constituída para cobrir as despesas de manutenção dos títulos de capitalização. Para o cálculo é realizado a projeção do valor presente esperado das despesas administrativas futuras e comparado com a projeção do valor presente esperado das parcelas referentes ao carregamento dos pagamentos futuros dos títulos.

O saldo de outras provisões técnicas (OPT), é oriunda de montantes incorporados através da aquisição de outra Companhia (Companhia incorporada). A provisão foi constituída considerando a participação nos lucros até o ano de 2013, consistindo na distribuição de 50% (cinquenta por cento) do resultado antes dos impostos e participações da Companhia incorporada, entre os títulos vigentes e com esta garantia. O saldo total remanescente gerado por essa obrigação é atualizado mensalmente pela Taxa Referencial de Juros - TR.

**(i) Carregamento dos principais produtos**

Processo SUSEP	Carregamento	
	Tipo	2017/2016
15414.001675/2005-02	PU	45%
15414.002180/2010-50	PU	25%
15414.001159/2005-70	PU	24%
15414.004539/2008-17	PM	23%
15414.000671/2004-18	PU	18%
15414.000306/2009-18	PP	18%
15414.000814/2006-53	PU	17%
15414.004540/2008-33	PM	15%
15414.004541/2008-88	PM	15%

**j. Ativos e passivos contingentes (provisões judiciais)**

**(i) Ativos contingentes**  
São reconhecidos contabilmente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível. Os ativos contingentes cuja expectativa de êxito é provável são divulgados, quando aplicável.

**(ii) Passivos contingentes**  
São constituídos levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e no posicionamento dos Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

Os passivos contingentes classificados como possíveis de perda não são reconhecidos contabilmente, sendo apenas divulgados em notas explicativas quando individualmente relevantes, e os passivos contingentes classificados como remotos não são divulgados.

**(iii) Obrigações legais**  
Decorrem de processos judiciais relacionados a obrigações, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos nas demonstrações contábeis.

**k. Benefícios a empregados**

**(i) Obrigações de curto prazo**  
As obrigações de benefícios de curto prazo para empregados são mensuradas e lançadas como despesa à medida que o serviço respectivo é prestado.

**(ii) Obrigações por aposentadoria**  
Plano de contribuição definida  
A Companhia é patrocinadora de um plano de previdência complementar para seus funcionários e administradores, na modalidade contribuição definida, que permite acumular recursos financeiros ao longo da carreira profissional do participante mediante contribuições pagas por ele mesmo e pela empresa patrocinadora, sendo os recursos investidos em um FIE (Fundo de Investimento Exclusivo).

O Plano é administrado pela Bradesco Vida e Previdência S.A. e a BRAM – Bradesco Asset Management S.A.. A DTVM é a responsável pela gestão financeira dos fundos FIEs. Ambas empresas integrantes da Organização Bradesco.

O Plano de Previdência Complementar conta com contribuições dos funcionários e administradores da Companhia equivalentes a, no mínimo, 4% do salário e, pela empresa, 5% do salário, acrescidas do percentual destinado a coberturas dos benefícios de risco (morte e invalidez).

As obrigações atuariais do plano de contribuição definida estão integralmente cobertas pelo patrimônio do FIE correspondente.

**(iii) Outras obrigações pós-emprego**  
Há custeio do plano de saúde para ex-funcionários e seus dependentes legais por um período de 180 ou 270 dias da data de desligamento a depender do tempo de empresa.

**(iv) Outros benefícios de curto prazo**  
Outros benefícios de curto prazo, tais como seguro-saúde, assistência odontológica, seguro de vida e de acidentes pessoais e treinamento profissional, são oferecidos aos funcionários e administradores e reconhecidos no resultado à medida que são incorridos.

**l. Imposto de renda e contribuição social**  
O imposto de renda é calculado a alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido de 10% sobre a parcela do lucro tributável excedente a R\$ 240 para o exercício. A contribuição social sobre o lucro líquido foi calculada até agosto de 2015, considerando a alíquota de 15% e posteriormente, conforme Lei nº 13.169/2015 a alíquota foi alterada para 20%. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido. O imposto corrente é o imposto a pagar sobre lucro tributável do período calculado com base nas alíquotas vigentes na data de balanço e inclui qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos períodos anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de recolhimento (impostos correntes). Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que sejam apurados lucros futuros sujeitos à tributação contra os quais serão utilizados. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a imposto de renda e contribuição social lançado pela mesma autoridade tributária sobre a entidade sujeita à tributação. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de balanço e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja provável.

**m. Resultado**  
As receitas dos planos de capitalização são reconhecidas contabilmente no mês de sua emissão, de acordo com os tipos de arrecadação, podendo ser em pagamentos mensais (PM), ou pagamento único (PU). Cada título tem um valor nominal, que é atualizado monetariamente pela Taxa Referencial (TR) mais 0,5% de juros ao mês.

As correspondentes provisões técnicas são constituídas simultaneamente ao reconhecimento das receitas. As receitas com planos de capitalização prescritos são reconhecidas após o período de prescrição, de acordo com a legislação vigente.

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre os ativos dos fundos investidos (incluindo ativos financeiros disponíveis para venda), ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e reclassificações de ganhos previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem perdas em alienação de ativos disponíveis para venda, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) reconhecidas nos ativos financeiros (exceto recebíveis).

**n. Resultado patrimonial**  
A receita de aluguel com propriedades para investimento é reconhecida no resultado de acordo com o prazo do contrato.

**o. Novas normas e interpretações ainda não adotadas**  
Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados em e após 1º de janeiro de 2018 e algumas ainda não aprovadas pela SUSEP.

**CPC 47 – Receita de contratos com clientes**  
O CPC 47 introduz uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida, e como a receita é mensurada. O CPC 47 entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2018.

A Administração planeja adotar o CPC 47 usando o método de efeito cumulativo, com aplicação inicial da norma na data inicial ou seja, 1º de janeiro de 2018.

A Administração, com base em sua avaliação, concluiu que não haverá impacto significativo em suas demonstrações contábeis. A SUSEP aprovou o CPC 47, conforme Circular SUSEP nº 561, emitida em dezembro de 2017.

**CPC 48 – Instrumentos financeiros (IFRS 9)**  
Substitui as orientações existentes no CPC 38/IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, incluindo, novos modelos para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A nova norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros do CPC 38.

O CPC 48/IFRS 9 entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018, todavia as alterações ao IFRS 4, emitidas em setembro de 2016, pelo IASB e CVM, por meio da Deliberação CVM 788/2017, aprovou o Pronunciamento Revisão CPC nº 12 emitida em 21 de dezembro de 2017, permitem para as entidades que atendam determinados critérios, aplicar isenção temporária ao IFRS 9/CPC 48, de forma que a entidade mantenha a aplicação do IAS 29/CPC 38 para os períodos anuais até antes de até 1º de janeiro de 2021. A Administração concluiu que, tanto na Companhia como no Consolidado, suas atividades estão predominantemente relacionadas com seguro considerando a data das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016 e 2017, essa predominância em atividades de seguros foi mantida, e, em decorrência, os critérios de elegibilidade da isenção temporária do IFRS 9/CPC 48 foram cumpridos. Diante disso, a Companhia optou por aplicar a isenção temporária do IFRS 9/CPC 48 e continuará a aplicar o IAS 39/CPC 48 até a data efetiva do IFRS 17.

**CPC 06 (R2) – Operações de arrendamento Mercantil**  
O CPC 06 (R2) estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos. O objetivo é garantir que arrendatários e arrendadores forneçam informações relevantes de modo que representem fielmente essas transações. Essas informações fornecem a base para que usuários de demonstrações contábeis avaliem o efeito que os arrendamentos têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Companhia.

O novo pronunciamento altera de maneira mais substancial a contabilidade das entidades arrendatárias, O CPC 06 (R2) entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de Janeiro de 2019.

**IFRS 17 – Contratos de Seguros**  
A IFRS 17 estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro dentro do escopo da Norma. O objetivo da IFRS 17 é assegurar que uma entidade fornece informações relevantes que representem fielmente esses contratos. Essas informações fornecem uma base para os usuários de demonstrações contábeis avaliarem o efeito que os contratos de seguros têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da companhia.

A IFRS 17 entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2021.

Os normativos, CPC 06 (R2), CPC 48 (IFRS 9) e IFRS 17, serão aplicáveis quando referendados pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

Os possíveis impactos decorrentes da adoção das normas com início de vigência posterior a 1º de janeiro de 2019, ainda não foram aprovadas pela SUSEP e ANS, e portanto, a Administração concluirá sua avaliação até a data da entrada em vigor das normas.

**3. Gerenciamento de riscos**

**a. Introdução**  
A Companhia está exposta aos riscos de subscrição, crédito, liquidez, mercado e operacional, provenientes de suas operações e que poderiam afetar seus objetivos estratégicos e financeiros. Esta nota apresenta informações sobre a exposição a cada um dos riscos acima, os objetivos, as políticas, os processos de mensuração e o gerenciamento de riscos.

Em atendimento à SUSEP nº 521/2015, o Grupo Bradesco Seguros dispõe de Estrutura de Gestão de Riscos, cuja responsabilidade consiste em identificar, avaliar, mensurar, tratar e monitorar os riscos da organização e seus possíveis impactos sobre o negócio.

**Estrutura de gerenciamento de riscos**  
O gerenciamento de riscos é essencial em todas as atividades, utilizando-o com o objetivo de adicionar valor ao negócio à medida que proporciona suporte às áreas de negócios no planejamento das atividades, maximizando a utilização de recursos próprios e de terceiros, em benefício dos acionistas e da Companhia.

São realizados investimentos nas ações relacionadas ao processo de gerenciamento de riscos, especialmente na capacitação do quadro de funcionários. Tem-se o objetivo de elevar a qualidade de gerenciamento dos riscos e de garantir o necessário foco a estas atividades, que produzem valor agregado.

No sentido amplo, o processo de Governança Corporativa representa o conjunto de práticas que tem por finalidade otimizar o desempenho de uma companhia e proteger os acionistas, investidores, clientes, funcionários, colaboradores, fornecedores, etc, bem como agregar valor e contribuir para sua sustentabilidade, envolvendo, principalmente, aspectos voltados à transparência e prestação de contas.

Nesse contexto, o processo de gerenciamento de riscos conta com a participação de todas as camadas contempladas pelo escopo de Governança Corporativa que abrange desde a Alta Administração até as diversas áreas de negócios e produtos na identificação e gestão dos riscos.

Esta estrutura encontra-se alinhada com as melhores práticas de mercado, contando com políticas, comitês com funções específicas e estrutura diretiva, estabelecendo diretrizes e normas, provendo recursos humanos e tecnológicos voltados a estas atividades.

O gerenciamento de riscos inerentes às atividades de modo integrado é abordado, dentro de um processo, apoiado em estrutura independente (no que tange a regulamentos, normas e políticas internas). Essa abordagem proporciona o aprimoramento contínuo dos modelos de gestão de riscos e minimiza a existência de lacunas que comprometam sua correta identificação e mensuração. A estrutura do processo de gerenciamento de riscos permite que os riscos de subscrição, crédito, liquidez, mercado e operacional sejam identificados, avaliados, monitorados, controlados e mitigados de modo unificado.

Para assegurar uniformidade ao processo de gerenciamento de riscos, há um fórum constante de alto nível sobre o tema, com o intuito de se obter sinergia entre estas atividades. Essa instância, denominada Comitê Executivo de Gestão de Riscos do Grupo Bradesco Seguros, estuda todos os riscos (subscrição, crédito, mercado, liquidez e operacional), define os limites de tolerância aos seus respectivos riscos e elabora planos de mitigação, entre outras atribuições.

Adicionalmente, existem os Comitês Executivos definidos pelo Banco Bradesco para tratar os assuntos relacionados ao Risco de Crédito, Mercado, Liquidez e Operacional, que são submetidos ao Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital, que têm por atribuição assessorar o Conselho de Administração na aprovação de políticas institucionais, diretrizes operacionais e estabelecimento de limites de exposição a riscos.

**b. Risco de subscrição**  
O risco de subscrição advém de uma situação econômica adversa que contraria as expectativas da Companhia no momento da elaboração de sua política de subscrição no que se refere às incertezas existentes, tanto na definição das premissas atuariais relacionadas à constituição das provisões técnicas, bem como para fins de precificação.

O gerenciamento do risco de subscrição é realizado pela Gerência de Produtos. As políticas de subscrição e aceitação de riscos são periodicamente avaliadas através de grupos de trabalho. Além disso, a Diretoria Gerencial de Gestão de Riscos, parte integrante da estrutura de gerenciamento de riscos, têm como uma de suas principais atribuições o cálculo do capital regulatório.

**Principais riscos associados aos títulos de capitalização**  
Os títulos de capitalização são de duração de médio e longo prazos, e por este motivo são utilizadas algumas premissas atuariais para monitorar e estimar os riscos envolvidos baseados na experiência histórica, tais como: premissas sobre o retorno de investimentos, despesas administrativas, persistência e sorteios.

Os riscos associados aos títulos de capitalização, incluem, entre outros:

- Risco de sorteio, que corresponde à expectativa da Companhia em pagar prêmios de títulos sorteados em séries não integralizadas;

- Risco de comportamento do cliente, que inclui experiência de persistência;

- Os títulos de capitalização possuem garantias de rentabilidade pré-definidas, que corresponde ao risco de taxas de juros, que é gerenciado como parte do risco de mercado;

- Risco de despesa administrativa, que corresponde à possibilidade da Companhia ter despesas maiores que as esperadas.

**Gerenciamento dos riscos dos títulos de capitalização**  
A Companhia monitora e avalia a exposição de riscos, sendo responsável pelo desenvolvimento, implementação e revisão das políticas referentes à subscrição de riscos e adequação das provisões técnicas. A implementação dessas políticas e o gerenciamento desses riscos são apoiados pela Superintendência Técnica da Kirton Capitalização.

O risco de sorteio é gerenciado pelo acompanhamento constante do desempenho das séries de títulos não integralizadas. O risco de persistência é gerenciado por meio do monitoramento frequente da experiência histórica da Companhia.

O risco de um elevado nível de despesas é gerenciado principalmente pela avaliação da rentabilidade da Companhia e pelo monitoramento mensal dos níveis das despesas administrativas.

**c. Risco de crédito**  
Risco de crédito consiste na possibilidade de ocorrer perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, bem como à desvalorização de contrato decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, e a outros valores relativos ao descumprimento de obrigações financeiras da contraparte.

**Gerenciamento do risco de crédito**  
O gerenciamento do risco de crédito da Companhia é um processo contínuo e evolutivo de mapeamento, desenvolvimento, aferição e diagnóstico através de modelos, instrumentos e procedimentos vigentes, exigindo alto grau de disciplina e controle nas análises das operações efetuadas, preservando a integridade e a independência dos processos.

Conforme exposto acima, o gerenciamento de risco de crédito é realizado de forma corporativa mediante procedimentos internos estruturados, independentes, e embasados em documentação e relatórios próprios, avaliados pelas estruturas de gestão de riscos do Grupo Bradesco Seguros e do Banco Bradesco, e baseado em modelos internos, em fase de implementação gradual, visando à apuração, mensuração e cálculo do capital.

No que se refere as aplicações financeiras, a Administração avalia o risco de crédito como baixo pelo fato de que a maior parte do total da carteira de investimentos está concentrada em títulos de renda fixa público e operações compromissadas com lastro em título público federal como demonstrado abaixo:

2017		
Ativos Financeiros/Rating	AAA	Total
<b>A valor justo por meio do resultado</b>	<b>201.353</b>	<b>201.353</b>
Título de Renda Fixa Privado	9.979	9.979
Títulos de Renda Fixa Público	191.374	191.374
<b>Disponíveis para a venda</b>	<b>578.631</b>	<b>578.631</b>
Títulos de Renda Fixa Público	578.631	578.631
<b>Total</b>	<b>779.984</b>	<b>779.984</b>

A Administração classificou os títulos públicos na categoria AAA uma vez que a contraparte é o Governo Federal. Trimestralmente são realizadas as reuniões do Comitê Executivo de Gestão de Riscos do Grupo Bradesco Seguros, do Comitê Executivo de Investimentos e, mensalmente, a Reunião Interna de Alocação de Ativos pela Área de Gestão de Investimentos do Grupo Bradesco Seguros para as tratativas deliberativas, possuindo as atribuições necessárias para o atendimento regulatório/aprimoramento nos processos de gestão.

**d. Risco de mercado**  
O risco de mercado é representado pela possibilidade de perda financeira por oscilação de preços e taxas de juros dos instrumentos financeiros da Companhia, uma vez que suas carteiras ativas e passivas podem apresentar descasamentos de prazos, moedas e indexadores.

Este risco é identificado, mensurado, mitigado e gerenciado, sendo as diretrizes e limites monitorados diariamente, de maneira independente.

O controle do risco de mercado é realizado para todas as empresas do Grupo Bradesco Seguros. As atividades expostas a risco de mercado são mapeadas, mensuradas e classificadas quanto à probabilidade e magnitude, com seus respectivos planos de mitigação devidamente aprovados pela estrutura de governança.

**Gerenciamento do risco de mercado**  
O processo realizado de forma corporativa é aprovado pelo Conselho de Administração do Conglomerado Bradesco e reavaliado anualmente pelos comitês específicos, bem como pelo próprio Conselho de Administração.

**Definição de limites**  
As propostas de limites de risco de mercado são validadas em comitês específicos de negócios, bem como pelo Comitê de Investimento do Grupo Bradesco Seguros. Posteriormente, são submetidas à aprovação do Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital, observando os limites definidos pelo Conselho de Administração, conforme as características das operações.

Nesse tipo de operação a intenção não é a negociação no curto prazo, que visa se beneficiar de oscilações de mercado, mas sim a manutenção do investimento pelo período necessário ao seu tipo de negócio e demanda, atendendo suas necessidades específicas. Os principais riscos monitorados são os riscos de taxa de juros.

**Modelos de mensuração do risco de mercado**  
As posições em ações são mensuradas mediante a metodologia de VaR Delta-Normal para o horizonte de 1 dia, com nível de confiança de 99% e volatilidades e correlações calculadas a partir de métodos estatísticos que atribuem maior peso aos retornos recentes.

A mensuração e o controle do risco de taxa de juros são feitos a partir da metodologia EVE (*Economic Value Equity*), que mede o impacto econômico sobre as posições, de acordo com os cenários elaborados pela área econômica do Banco Bradesco. Nesses cenários são determinados movimentos positivos e negativos que podem ocorrer nas curvas de taxas de juros, com impactos sobre os ativos e passivos ao longo da vida das operações, não representando necessariamente ajuste contábil.

**Análise de sensibilidade dos riscos de mercado**

Fator de Risco	Cenário	
	Choques de 1 ponto base para taxa de juros e 1% de variação para preços	
Taxa Pré-fixada de 1 ano	6,88%	
Cupom de IPCA de 1 ano	2,80%	

Os impactos, líquidos de efeitos fiscais, desse cenário sobre as posições seriam as seguintes:

O conhecimento e o acompanhamento deste risco são cruciais, sobretudo para que a Companhia possa liquidar as operações em tempo hábil e de modo seguro.

### Exposição ao risco de liquidez

O risco de liquidez é limitado pela reconciliação do fluxo de caixa da carteira de investimentos com os respectivos passivos. Para tanto, são empregados métodos atuariais para estimar os passivos oriundos de títulos de capitalização. A qualidade dos investimentos também garante a capacidade de cobrirmos altas exigências de liquidez. A tabela a seguir apresenta o risco de liquidez a que a Companhia esta exposta:

	Fluxo de ativos (I)	Fluxo de passivos (II)
Fluxo de 0 a 3 meses	18.033	76.956
Fluxo de 3 a 6 meses	-	83.562
Fluxo de 6 a 9 meses	18.033	39.581
Fluxo de 9 a 12 meses	-	52.541
Fluxo de 12 a 60 meses	810.111	315.330
<b>Total</b>	<b>846.177</b>	<b>567.970</b>

(i) Os ativos financeiros, compostos pelas aplicações financeiras e caixa e equivalentes de caixa, foram distribuídos com base nos fluxos de caixa contratuais.

As aplicações financeiras são substancialmente constituídas de Títulos Públicos Federais que, apesar de terem vencimentos de longo prazo, podem ser convertidos em caixa a qualquer momento, de acordo com o fluxo de caixa da Companhia.

(ii) As provisões técnicas foram distribuídas com base na expectativa de fluxo de caixa futuro, considerando o comportamento do subscritor, que inclui sua experiência de persistência, e o término de vigência dos títulos vigentes.

### Gerenciamento do risco de liquidez

O gerenciamento do risco de liquidez é exercido de forma corporativa, envolvendo um conjunto de controles, principalmente no que diz respeito ao estabelecimento de limites técnicos, com permanente avaliação das posições assumidas e instrumentos financeiros utilizados.

A política corporativa de gestão de riscos de mercado e liquidez tem por objetivos assegurar a existência de normas, critérios e procedimentos que garantam à Companhia o estabelecimento de reserva mínima de liquidez, bem como a existência de estratégia e de planos de ação para situações de crise de liquidez.

### f. Risco operacional

O risco operacional é representado pela perda resultante de processos internos, pessoas e sistemas inadequados ou falhos e de eventos externos. Essa definição inclui o Risco Legal, mas exclui o Estratégico e o de Imagem.

### Gerenciamento do risco operacional

A Companhia aborda o gerenciamento do risco operacional num processo de aprimoramento contínuo, visando acompanhar a evolução dinâmica dos negócios e minimizar a existência de lacunas que possam comprometer a qualidade deste gerenciamento.

Todo o processo de Governança Corporativa para gerenciamento do risco operacional é acompanhado trimestralmente pelos comitês executivos do Grupo Bradesco Seguros e do Banco Bradesco, cada qual com a sua especificidade, possuindo as seguintes atribuições:

- Garantir o cumprimento das Políticas de Gestão de Risco Operacional e de Continuidade de negócios da Companhia;
- Assegurar a efetividade do processo de gerenciamento de risco operacional e de continuidade de negócios da Companhia;
- Aprovar e revisar, as definições e critérios, modelagens matemáticas e estatísticas e cálculos referentes ao montante da alocação de capital; e
- Avaliar e submeter à validação do Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital, com reporte aos comitês específicos, a política, estrutura, papéis, procedimentos e responsabilidades das dependências envolvidas no processo, bem como as revisões executadas anualmente.

### Procedimentos de controle e monitoramento contínuo

Identificar junto às dependências interna e externa da Companhia os eventos de perdas decorrentes do risco operacional assegurando o correto tratamento mediante as origens/causas, para a avaliação, monitoramento e controle do processo, possibilitando a redução dos impactos, ao menor custo.

Estabelecer reuniões com os gestores e executivos, quanto ao tratamento das perdas junto às áreas, visando à melhoria contínua, ações corretivas e preventivas do Risco Operacional.

### g. Gerenciamento de capital

O gerenciamento de capital é realizado de forma corporativa e visa assegurar que o Grupo Bradesco Seguros mantenha uma sólida base de capital para fazer face aos riscos inerentes às suas atividades, contribuindo para o alcance dos objetivos estratégicos e metas, de acordo com as características e peculiaridades de cada empresa do grupo. Para tanto, são considerados o ambiente de negócios, a natureza das operações, a complexidade e a especificidade de cada produto e serviço no mercado de atuação.

O processo de adequação e gerenciamento de capital é acompanhado de forma permanente e prospectiva, seja em situações de normalidade de mercado, ou em condições extremas, compreendendo a identificação e análise dos riscos materiais, planejamento de capital, realização de testes de estresse com foco na análise de impacto de eventos severos sobre o nível de capitalização, manutenção de plano de contingência de capital, avaliação interna da adequação de capital e elaboração de relatórios gerenciais, atendendo aos requerimentos e limites definidos pelos Órgãos Reguladores e/ou aos aspectos de Governança Corporativa.

### h. Limitações das análises de sensibilidade

As análises de sensibilidade demonstram o efeito de uma mudança em uma premissa importante enquanto as outras premissas permanecem inalteradas. Na realidade, existe uma correlação entre as premissas e outros fatores. Deve-se também ser observado que essas sensibilidades não são lineares, correlações maiores ou menores não devem ser interpoladas ou extrapoladas a partir desses resultados.

As análises de sensibilidade não levam em consideração que os ativos e passivos são altamente gerenciados e controlados. Além disso, a posição financeira da Companhia poderá variar na ocasião em que qualquer movimentação no mercado ocorra. Por exemplo, a estratégia de gerenciamento de risco visa gerenciar a exposição a flutuações no mercado. A medida que os mercados de investimentos se movimentam através de diversos níveis, as ações de gerenciamento poderiam incluir a venda de investimentos, mudança na alocação da carteira, entre outras medidas de proteção.

### 4. Aplicações

#### a. Resumo da classificação das aplicações financeiras

	31/12/2017	%	31/12/2016	%
<b>Títulos a valor justo por meio do resultado</b>	<b>201.353</b>	<b>25,82</b>	<b>524.099</b>	<b>50,11</b>
Fundos de Investimentos de Renda Fixa	201.353	25,82	524.099	50,11
<b>Títulos disponíveis para venda</b>	<b>578.631</b>	<b>74,18</b>	<b>521.817</b>	<b>49,89</b>
Letras do Tesouro Nacional	148.981	19,10	286.453	27,39
Notas do Tesouro Nacional	398.395	51,07	235.364	22,50
Letras Financeiras do Tesouro	31.255	4,01	-	-
<b>Total</b>	<b>779.984</b>	<b>100,00</b>	<b>1.045.916</b>	<b>100,00</b>

#### b. Composição das aplicações por prazo e por título

Apresentamos, a seguir, a composição das aplicações financeiras por prazo e por título, incluindo os títulos que compõem as carteiras dos fundos de investimentos. Os títulos classificados como "valor justo por meio do resultado" estão apresentados no ativo circulante, independentemente dos prazos de vencimento.

	1 a			Acima de	Valor contábil/		Valor	Ajuste a
	30 dias	360 dias	360 dias		valor justo	atualizado		
<b>Em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>30 dias</b>	<b>360 dias</b>	<b>360 dias</b>		<b>Valor contábil/</b>	<b>Valor</b>	<b>Ajuste a</b>	
<b>Títulos a valor justo por meio do resultado</b>	<b>9.979</b>	-	<b>191.374</b>		<b>201.353</b>	<b>201.296</b>	<b>57</b>	
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	191.374		191.374	191.317	57	
Letras Financeiras do Tesouro – Operações Compromissadas (nota 8)	9.979	-	-		9.979	9.979	-	
<b>Títulos disponíveis para a venda</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>578.631</b>		<b>578.631</b>	<b>548.095</b>	<b>30.536</b>	
Letras do Tesouro Nacional	-	-	148.981		148.981	142.896	6.085	
Notas do Tesouro Nacional	-	-	398.395		398.395	373.962	24.433	
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	31.255		31.255	31.237	18	
<b>Total</b>	<b>9.979</b>	<b>-</b>	<b>770.005</b>		<b>779.984</b>	<b>749.391</b>	<b>30.593</b>	
<b>Em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>30 dias</b>	<b>360 dias</b>	<b>360 dias</b>		<b>Valor contábil/</b>	<b>Valor</b>	<b>Ajuste a</b>	
<b>Títulos a valor justo por meio do resultado</b>	<b>364.451</b>	<b>490</b>	<b>159.158</b>		<b>524.099</b>	<b>524.335</b>	<b>(236)</b>	
Letras do Tesouro Nacional	274.860	-	-		274.860	274.878	(18)	
Letras Financeiras do Tesouro	-	490	159.158		159.648	159.865	(217)	
Notas do Tesouro Nacional	78.621	-	-		78.621	78.622	(1)	
Notas do Tesouro Nacional – Operações Compromissadas	10.970	-	-		10.970	10.970	-	
<b>Títulos disponíveis para a venda</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>521.817</b>		<b>521.817</b>	<b>516.659</b>	<b>5.158</b>	
Letras do Tesouro Nacional	-	-	286.453		286.453	284.995	1.458	
Notas do Tesouro Nacional	-	-	235.364		235.364	231.664	3.700	
<b>Total</b>	<b>364.451</b>	<b>490</b>	<b>680.975</b>		<b>1.045.916</b>	<b>1.040.994</b>	<b>4.922</b>	

#### c. Hierarquia do valor justo

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como se segue:

- Nível 1:** Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos;
- Nível 2:** Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- Nível 3:** Premissas, para o ativo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

	Nível 1	Nível 2	Total
<b>31 de dezembro de 2017</b>	<b>Nível 1</b>	<b>Nível 2</b>	<b>Total</b>
<b>Títulos a valor justo por meio do resultado</b>	<b>191.374</b>	<b>9.979</b>	<b>201.353</b>
Letras Financeiras do Tesouro	191.374	-	191.374
Letras Financeiras do Tesouro – Operações Compromissadas	-	9.979	9.979
<b>Títulos disponíveis para venda</b>	<b>578.631</b>	<b>-</b>	<b>578.631</b>
Letras do Tesouro Nacional	148.981	-	148.981
Notas do Tesouro Nacional	398.395	-	398.395
Letras Financeiras do Tesouro	31.255	-	31.255
<b>Total</b>	<b>770.005</b>	<b>9.979</b>	<b>779.984</b>
<b>31 de dezembro de 2016</b>	<b>Nível 1</b>	<b>Nível 2</b>	<b>Total</b>
<b>Títulos a valor justo por meio do resultado</b>	<b>513.129</b>	<b>10.970</b>	<b>524.099</b>
Letras do Tesouro Nacional	274.860	-	274.860
Letras Financeiras do Tesouro	159.648	-	159.648
Notas do Tesouro Nacional	78.621	-	78.621
Notas do Tesouro Nacional – Operações Compromissadas	-	10.970	10.970
<b>Títulos disponíveis para venda</b>	<b>521.817</b>	<b>-</b>	<b>521.817</b>
Letras do Tesouro Nacional	286.453	-	286.453
Notas do Tesouro Nacional	235.364	-	235.364
<b>Total</b>	<b>1.034.946</b>	<b>10.970</b>	<b>1.045.916</b>

#### d. Movimentação das aplicações financeiras

	2017				
	1º de janeiro	Aplicação	Resgate	Rendimento	31 de dezembro
Fundos de Investimento de Renda Fixa	524.099	276.213	(619.202)	20.243	201.353
Letras do Tesouro Nacional (*)	286.453	36.640	(214.428)	40.316	148.981
Notas do Tesouro Nacional (*)	235.364	149.760	(49.145)	62.416	398.395
Letras Financeiras do Tesouro (*)	-	29.428	-	1.827	31.255
<b>Total</b>	<b>1.045.916</b>	<b>492.041</b>	<b>(882.775)</b>	<b>124.802</b>	<b>779.984</b>

  

	2016				
	1º de janeiro	Aplicação	Resgate	Rendimento	31 de dezembro
Fundos de Investimento de Renda Fixa	1.052.210	80.130	(798.579)	190.338	524.099
Letras Financeiras do Tesouro (*)	-	283.891	-	2.562	286.453
Notas do Tesouro Nacional (*)	-	230.751	-	4.613	235.364
<b>Total</b>	<b>1.052.210</b>	<b>594.772</b>	<b>(798.579)</b>	<b>197.513</b>	<b>1.045.916</b>

(\*) Para títulos classificados na categoria disponível para venda, o valor do rendimento apresentado inclui o montante de R\$ 25.378 (R\$ 5.158 em 2016) relativo à variação do efeito de marcação a mercado.

#### e. Cobertura das provisões técnicas

Os valores dos bens e direitos oferecidos em cobertura das provisões técnicas são os seguintes:

	31/12/2017	31/12/2016
<b>Total das provisões técnicas</b>	<b>508.683</b>	<b>760.758</b>
<b>Aplicações em títulos e valores mobiliários</b>	<b>711.704</b>	<b>1.045.916</b>
Quotas de fundos de investimento	133.073	524.099
Títulos públicos	578.631	521.817
<b>Excesso de cobertura</b>	<b>203.021</b>	<b>285.158</b>

#### f. Desempenho e taxas médias contratadas

A Administração mensura a rentabilidade de seus investimentos utilizando como parâmetro a variação das taxas de rentabilidade dos Certificados de Depósitos Bancários (CDI). Em 31 de dezembro de 2017, o desempenho global das aplicações, atingiu 121,22% do CDI no acumulado do período e as taxas médias contratadas das aplicações, por indexador, foram 11,52% (títulos pré-fixados) e 100% da taxa Selic (títulos pós-fixados).

#### g. Instrumentos financeiros derivativos

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia não possuía riscos de exposição a variações nos saldos de seus ativos e passivos financeiros que mereciam proteção através de derivativos, e portanto, não possuía operações de derivativos em aberto na data-base.

#### 5. Créditos tributários e previdenciários

	31/12/2017	31/12/2016
Imposto de renda	1.039	895
Contribuição social	935	858
PIS/COFINS	4.419	4.039
<b>Total</b>	<b>6.393</b>	<b>5.792</b>

### 6. Investimentos

	2017				
	1º de janeiro	Adições	Alienações/baixas (**)	Depreciação (*)	31 de dezembro
Participações societárias	6	-	(6)	-	-
Terrenos	6.485	-	(6.485)	-	-
Edificações	4.423	-	(4.116)	(307)	-
<b>Total</b>	<b>10.914</b>	<b>-</b>	<b>(10.607)</b>	<b>(307)</b>	<b>-</b>

  

	2016				
	1º de janeiro	Adições	Alienações/baixas	Depreciação (*)	31 de dezembro
Participações societárias	7	-	(1)	-	6
Terrenos	6.485	-	-	-	6.485
Edificações	4.796	-	-	(373)	4.423
Outros Investimentos	9	-	(9)	-	-
<b>Total</b>	<b>11.297</b>	<b>-</b>	<b>(10)</b>	<b>(373)</b>	<b>10.914</b>

(\*) O método de avaliação adotado para as propriedades de investimento é o de custo, deduzido da depreciação acumulada. A receita obtida com imóveis de renda foi de R\$ 4.039 (R\$ 3.792 em 2016).

(\*\*) Em novembro de 2017 a Kirton Capitalização reduziu seu capital social, por meio de instrumento societário, no qual cedeu os imóveis registrados em seu patrimônio à Kirton Seguros S.A. (Controladora), seguindo os passos do processo de reestruturação societária do Grupo Bradesco Seguros mencionado na Nota Explicativa nº 1. O mesmo instrumento societário, também, definiu a entrega da participação que a Companhia detinha na Kirton Vida e Previdência S.A., no valor patrimonial de R\$ 6, representado por 10.000 ações ordinárias, para a Controladora. (vide nota 13a).

### 7. Obrigações a pagar

	31/12/2017	31/12/2016
Dividendos a pagar (nota 8)	12.327	24.311
Outros	82	588
<b>Total</b>	<b>12.409</b>	<b>24.899</b>
<b>Curto prazo</b>	<b>12.409</b>	<b>24.409</b>
<b>Longo prazo</b>	<b>-</b>	<b>490</b>

### 8. Transações com partes relacionadas

Os principais saldos na data do balanço, bem como as receitas (despesas) dos períodos, estão apresentados a seguir:

	31/12/2017	31/12/2016	
<b>Ativo</b>	<b>10.316</b>	<b>4.039</b>	
<b>Aplicações - Operações Compromissadas</b>	<b>9.979</b>	<b>Receitas com aluguéis</b>	
Banco Bradesco S.A. (controlador final)	9.979	Banco Bradesco S.A. (controlador final)	4.039
<b>Valores a receber</b>	<b>337</b>	<b>Despesas</b>	
Banco Bradesco S.A. (controlador final)	337		(19)
<b>Passivo</b>	<b>12.327</b>	<b>Taxa de administração de fundos</b>	
<b>Dividendos a pagar</b>	<b>12.327</b>	Banco Bradesco S.A. (controlador final)	(19)
Kirton Seguros S.A. (controladora direta)	12.327		
<b>Total (Ativo - Passivo)</b>	<b>(2.011)</b>	<b>Total (Receita - Despesa)</b>	<b>4.020</b>

Tal como indicado na Nota Explicativa 1, em 1º de julho de 2016, a Companhia passou a fazer parte da Organização Bradesco, razão pela qual os saldos comparativos não foram considerados como transações com partes relacionadas uma vez que foram realizadas no contexto do Grupo HSBC antes da aquisição pelo Banco Bradesco.

### Remuneração do pessoal-chave da Administração

Os administradores abdicaram-se do direito ao recebimento de qualquer valor a título de remuneração, posto que já recebem honorários de outra empresa da Organização Bradesco.

### 9. Impostos e contribuições

	31/12/2017	31/12/2016
Imposto de renda	2.240	33.935
Contribuição social	2.002	29.704
COFINS	60	209
PIS/PASEP	10	33
<b>Total</b>	<b>4.312</b>	<b>63.881</b>

### 10. Outras contas a pagar

	31/12/2017	31/12/2016
Títulos a pagar (*)	-	4.456
Serviços de terceiros a pagar	485	437
Outras	595	361
<b>Total</b>	<b>1.080</b>	<b>5.254</b>



Patrimônio líquido ajustado e adequação de capital
Em atendimento à Resolução CNSP nº 321/2015 (alterada pelas Resoluções CNSP nº 343/2016 e 360/2017), as Sociedades Supervisionadas deverão apresentar patrimônio líquido ajustado (PLA) igual ou superior ao capital mínimo requerido (CMR), equivalente ao maior valor entre o capital base e o capital de risco (CR).

Table with financial metrics: Patrimônio líquido contábil (258.526), Ajustes associados à variação dos valores econômicos (3.799), Superávit entre as provisões exatas constituídas e o fluxo realista (3.799), Patrimônio líquido ajustado (PLA) (262.325), Capital mínimo requerido (CMR) - (maior valor entre I e II) (20.817), Capital Base (I) (20.817), Capital adicional com correlação (II) (I) (20.817), etc.

(\*) Cálculo de Capital de Risco é a soma do capital de risco de crédito, mercado, subscrição e operacional aplicado ao benefício da correlação conforme Resolução CNSP nº 321/2015 e alterações.
(†) Suficiência dos Ativos Líquidos, conforme determinado pela Resolução CNSP nº 360/2017, em relação ao total de Provisões Técnicas somada aos ajustes que elevem ou reduzam a necessidade de cobertura por Ativos Garantidores.

14 Detalhamento das principais contas das demonstrações de resultados

Table for 'Outras receitas e despesas operacionais' comparing 31/12/2017 and 31/12/2016. Total for 2017 is 3.614 and for 2016 is 11.885.

b. Despesas administrativas

Table for 'Despesas administrativas' comparing 31/12/2017 and 31/12/2016. Total for 2017 is (870) and for 2016 is (9.571).

(\*) Até 30 de junho de 2016 a Companhia possuía contrato de ressarcimento de despesas intercompanhias firmado entre todas as empresas do antigo Conglomerado HSBC, a partir de 1º de julho de 2016 com a assunção dos novos acionistas, o contrato deixou de existir e as despesas passaram a ser reconhecidas individualmente nas Companhias devidas.

(\*\*) A totalidade dos funcionários ativos da Kirton Capitalização S.A. foi transferida para outras empresas do Grupo Bradesco Seguros a partir de 30 de junho de 2017, seguindo o plano de reestruturação societária do Grupo, citado na Nota Explicativa nº 1.

c. Despesas com tributos

Table for 'Despesas com tributos' comparing 31/12/2017 and 31/12/2016. Total for 2017 is (1.928) and for 2016 is (5.615).

Diretoria¹

Table listing directors: Jorge Pohlmann Nasser, Curt Cortese Zimmermann, Ivan Luiz Gontijo Júnior, Jair de Almeida Lacerda Júnior, Eugênio Liberatori Velasques², Cláudio Frota Leão Feitosa, Haydewaldo Roberto Chamberlain da Costa, Bernardo Ferreira Castello, Atuário - MIBA Nº 1717, Eduardo Duarte da Silva, Contador CRC PR 057518/O-8.

(1) Ressalta-se que, até 30 de junho de 2016, o HSBC Latin America Holdings (UK) limited era acionista controlador do HSBC Bank e de suas controladas, sendo responsável por todos os atos e informações, antes do fechamento da venda das ações de emissão do HSBC Bank para seus atuais controladores, em 1º de julho de 2016. Os atuais controladores e novos administradores da Companhia, foram nomeados em 1º de julho de 2016, após renúncia dos antigos diretores. (2) Na Assembleia Geral Extraordinária de 22 de janeiro de 2018, foi registrado o pedido de renúncia do diretor Eugênio Liberatori Velasques, bem como a designação de suas atividades entre os demais diretores da Companhia perante a SUSEP.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas da Kirton Capitalização S.A. Curitiba - PR

Opinião
Examinamos as demonstrações contábeis da Kirton Capitalização S.A. ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis".

Ênfase - Reorganização Societária
Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 1 - Contexto operacional, que descreve que foi aprovado um plano de reorganização societária do Grupo Bradesco, no qual a Companhia está inserida. Neste processo de reorganização está previsto que a Companhia será incorporada por outra empresa do Grupo. Nossa opinião não está ressaltada em relação a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor
A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis
A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

d. Resultado Financeiro

Table for 'Resultado Financeiro' comparing 31/12/2017 and 31/12/2016. Total for 2017 is 61.646 and for 2016 is 132.603.

e. Imposto de renda e contribuição social

Table for 'Imposto de renda e contribuição social' comparing 31/12/2017 and 31/12/2016. Total for 2017 is (37.957) and for 2016 is (77.190).

(iii) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

Table for 'Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos' comparing 31/12/2017 and 31/12/2016. Total for 2017 is 41 and for 2016 is 41.

Table for 'Imposto de renda e contribuição social diferido ativo' comparing 01/01/2016 and 31/12/2016. Total for 2016 is 41 and for 2017 is 41.

Table for 'Imposto de renda e contribuição social diferido passivo' comparing 01/01/2016 and 31/12/2016. Total for 2016 is 2.266 and for 2017 is 2.266.

(iv) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias

Table for 'Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias' showing years 2018 to 2022 with total of 2.266.

O valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa real de juros, líquida dos efeitos tributários é de R\$ 2.047 (R\$ 1.930 em 31 de dezembro de 2016).

15 Outras informações

Relatório do Comitê de Auditoria
O resumo do relatório do Comitê de Auditoria foi divulgado junto com as demonstrações contábeis do Banco Bradesco S.A. (acionista controlador) em 06 de fevereiro de 2018, nos jornais Valor Econômico e Jornal do Diário do Estado de São Paulo.

Osasco, 26 de fevereiro de 2018

Erika Carvalho Ramos Contadora CRC 1SP224130/O-0

PARECER DOS ATUÁRIOS INDEPENDENTES

Ao Administradores e Acionistas da Kirton Capitalização S.A. Curitiba - PR

Opinião
Examinamos as provisões técnicas registradas nas demonstrações contábeis e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas e da solvência da Kirton Capitalização S.A. ("Companhia"), em 31 de dezembro de 2017, descritos no anexo I deste relatório, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Responsabilidade da Administração

A Administração é responsável pelas provisões técnicas registradas nas demonstrações contábeis e pelos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas e da solvência elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos atuários independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre as provisões técnicas registradas nas demonstrações contábeis e sobre demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas e da solvência com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as provisões técnicas registradas nas demonstrações contábeis e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas e da solvência estão livres de distorção relevante.

Em relação ao aspecto da Solvência, nossa responsabilidade está restrita a adequação dos demonstrativos da solvência e do capital mínimo da Companhia e não abrange uma opinião no que se refere às condições para fazer frente às suas obrigações correntes e ainda apresentar uma situação patrimonial e uma expectativa de lucros que garantam a sua continuidade no futuro.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas registradas nas demonstrações contábeis e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas e da solvência. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera os controles internos relevantes para o cálculo e elaboração das provisões técnicas registradas nas demonstrações contábeis e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas e da solvência da Companhia para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da Kirton Capitalização S.A.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião
Em nossa opinião, as provisões técnicas registradas nas demonstrações contábeis e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas e da solvência acima referidos da Kirton Capitalização S.A. em 31 de dezembro de 2017 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Outros assuntos

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Companhia e utilizadas em nossa auditoria atuarial, em base de testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, em base de testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à Susep por meio do FIP, para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

Osasco, 26 de fevereiro de 2018. KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda. CNPJ: 02.668.801/0001-55. CIBA 48 - Rua Arq. Olavo Redig de Campos, 105, 11º Andar, Edifício EZ Towers, torre A. CEP: 04711-904 - São Paulo - SP - Brasil.

Joel Garcia Atuário MIBA 1131

Table for 'Anexo I Kirton Capitalização S.A. (Em milhares de Reais)' comparing 31/12/2017 and 31/12/2016. Total for 2017 is 241.508 and for 2016 is 241.508.

(\*) O índice de liquidez em relação ao Capital de Risco requerido pela Resolução CNSP nº 321/2015 e modificações é de, no mínimo, 20%.